

**HABEAS CORPUS Nº 492.711 - SP (2019/0038554-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ANDRÉ PAULO FRANCISCO FASOLINO DE MENEZES -  
SP300939  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALMIR MATIAS GONCALVES NETO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALMIR MATIAS GONCALVES NETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 0007804-93.2017.8.26.0496).

Consta dos autos que o Juiz das Execuções, ao unificar as penas, estabeleceu como marco inicial para a concessão de benefícios a data do trânsito em julgado da nova decisão ou a data da própria decisão superveniente.

Inconformada, a defesa ingressou com Agravo em Execução, perante a Corte estadual. O recurso, no entanto, não foi provido (e-STJ fl. 169):

*Agravo em execução penal.*

*Recurso contra a decisão que unificou as penas.*

*Nova condenação. - Fato que acarreta o reinício da contagem do prazo para obtenção de benefícios.*

*Agravo não provido.*

Nesta oportunidade, a Defensoria Pública impugna a data base determinada para a concessão de benefícios penais porque: viola o princípio da legalidade, já que não há legislação expressa nesse sentido; é possível a manutenção do sentenciado no mesmo regime de cumprimento de pena, mesmo após a condenação superveniente, não havendo sentido em se exigir a mudança do termo inicial para a aquisição de benefícios.

Defende que *a unificação de nova condenação definitiva já possui o condão de recrudescer o quantum de pena restante a ser cumprido pelo reeducando. Logo, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, a despeito da ausência de previsão legal, configura excesso de execução* (e-STJ fl. 9).

Com base nisso, requer, em liminar e no mérito, a determinação para consideração como data base para fins de benefícios a data do efetivo início de cumprimento de pena ou, ao menos, a data do último crime, se posterior ao início do cumprimento de pena e declarado judicialmente como falta grave.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **visualizo indícios sérios de ilegalidade** no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A minha orientação quanto à matéria posta nos autos amparava-se na jurisprudência então pacificada nesta Corte que se orientava no sentido de que, sobrevindo condenação ao apenado, por fato anterior ou posterior ao início da execução penal, a contagem do prazo para concessão de benefícios era interrompida, devendo ser feito novo cálculo, com base no somatório das penas. Feita a unificação de penas, considerava-se como termo *a quo* para contagem do novo período aquisitivo de benefícios executórios o trânsito em julgado da sentença condenatória superveniente.

Tenho, no entanto, que a questão está superada por recente alteração no entendimento da Terceira Seção sobre o tema, ocorrido no

julgamento do *Habeas Corpus* n. 381.248/MG, de Relatoria da Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ocasião em que, após melhor refletir sobre o assunto, acompanhei divergência iniciada pelo Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, cujo entendimento prevaleceu, no sentido de estabelecer como **marco inicial para a concessão de benefícios** na execução, após a unificação de penas, **a data da última prisão do apenado.**

Referido julgamento foi concluído na sessão de 22/2/2018.

O tema também foi objeto de discussão pela Terceira Seção desta Corte no Recurso Especial n. 1.557.461/SC, de Relatoria do Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, com o mesmo resultado de julgamento finalizado também na mesma data do *Habeas Corpus* n. 381.248/MG.

Ante o exposto, **defiro a presente liminar** para determinar que o Juízo das Execuções Penais passe a considerar como marco inicial para a contagem do lapso temporal para a concessão de benefícios, após a unificação de penas do sentenciado - **excetuados o livramento condicional, indulto e a comutação**, em relação aos quais não há alteração do prazo -, a data de sua última prisão, desde que, no que tange à progressão de regime, não tenha ele cometido falta de natureza grave, após a prisão, que justifique a interrupção do prazo, nos termos do enunciado n. 534 da Súmula/STJ ("A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração").

Comunique-se ao Juízo de Execução e ao Tribunal.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal, para emissão de parecer.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

